

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**A MODERNIDADE AVANÇA A ALÉM-MAR:
REPRESSÃO E RESISTÊNCIAS EM FERNANDO DE NORONHA (1961-1971)**

Allan Cavalcante Luna
Grazielle Rodrigues do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco / UFPE
Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha / CEPEHC-FN
allanluna01@hotmail.com

Fernando de Noronha possui hoje um patrimônio histórico imaterial de valor incalculável: a *memória* dos "cinquentenários" - habitantes mais antigos da ilha, que lá moraram desde meados dos anos 50, e que vivenciaram a opulenta realidade histórica insular.

Este trabalho utilizará como fontes de pesquisa histórica, portanto, esses ricos relatos de memória – as *fontes orais* – aliados às *fontes documentais* do Ministério do Exército, administradas pelo Arquivo Público Estadual João Emereciano (APEJE).

Fernando de Noronha se formou histórica e socialmente como uma sociedade altamente militarizada e hierárquica. Com o advento da República, continua a ilha com o objetivo de reclusão de presos. No entanto, especificamente em meados da década de 30, novos atores sociais passam a permear o cotidiano do presídio ilhéu: os presos políticos. O Governo Federal, a partir das Intentonas Integralista e Comunista, institucionaliza o *presídio político* e envia para a ilha os perturbadores da ordem social almejada pelo regime varguista.

Com o início Segunda Guerra Mundial, a ilha passa a ser vista com interesses estritamente ligados à questão da segurança nacional, e, portanto, passa a ser ponto estratégico na defesa do território brasileiro. Cria-se então o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, responsável pela ocupação militar da ilha. A partir desse momento entra em cena na história noronhense uma personagem que atuará praticamente durante 40 anos na administração da ilha: *o exército*.

Com o fim da guerra, a relativa importância geoestratégica adquirida pelo arquipélago diminuiu. Em agosto de 1945 era extinto o Destacamento Misto.

A partir de então tem início o “*tempo dos coronéis*”, conforme a população da ilha, com seus característicos marcadores temporais – profundamente distintos da cronologia continental – se refere. Coronéis, ou outros militares de alta patente, revezaram-se no posto de governador da ilha durante praticamente quatro décadas. O governador do território – agora federalizado – era também comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha, nomeado diretamente pelo Ministério do Exército.

Este trabalho, portanto, objetiva reconstruir a realidade sócio-histórica da Ilha de Fernando de Noronha, especificamente dos anos que vão de 1961 a 1971, ou seja, durante o longo e ininterrupto comando / governo do coronel Jaime Augusto da Costa e Silva.

A ilha, historicamente marcada pela égide do militarismo, da ordem e da hierarquia, tem na efervescente década de 60 todo esse arcabouço ideológico intensificado, e desdobrado em um forte controle social por parte dos militares, sobre a subjugada população civil, notadamente com o advento dos anos ‘institucionalizadores’ entre 1964 e 1968, haja vista que o governo militar na ilha iniciara-se desde 1942. A partir de abril de 64, a avalanche antidemocrática que explode no continente, chega a uma Noronha já profundamente enraizada pelo império da ordem e da subjugação. Inclusive sendo palco de um presídio para abrigou aqueles que foram de encontro à ideologia do golpe. Não existia lugar que expusesse melhor este sistema de idéias, para aqueles presos, do que Fernando de Noronha em 1964: um grande “quartel flutuante”, isolado nas águas límpidas e convulsas do Atlântico.

Nos dez anos em questão, o arquipélago de Fernando de Noronha era, portanto, protagonista de uma história que tinha como personagem a ideologia militar, nacionalista e ufanista. Todo cenário da ilha, neste período, voltava-se para o ordenamento, para a disciplina, para a vigilância e para o controle social. A população mesmo sendo civil, grande parte chegada de uma vida campestre no interior nordestino, depara-se com um sistema altamente hierarquizado, e sofre pesadas cargas com este militarismo exacerbado. A sujeição desta população reinava frente aos militares, grupo dominante que recebia inúmeros privilégios nesta micro-sociedade. Tal dominação se apoiava numa idéia de modernização da ilha – na ocasião transformada em um celeiro de obras – que legitimaria esta subordinação sócio-econômica num contexto quase que

de cunho paternalista. No entanto, a população civil, sobre a qual se tentava exercer este total controle, aparece como agente político ativo em algumas micro-resistências cotidianas, questionando, dentro de suas possibilidades reais, a situação sobre a qual se encontrava forçadamente submetida.

Fernando de Noronha, na década de 1960, aponta para uma onda modernização em vários níveis de vida do arquipélago. Transforma-se num celeiro de obras das mais diversas necessidades. Era o progresso atravessando o a barreira do mar, que antes deixara a ilha num completo esquecimento e isolamento.

Durante a Segunda Guerra Mundial a ilha foi vista como uma região importante para a segurança da nação, devido a sua posição estratégica. A partir daí ela desfrutará de alguns pequenos benéficos econômicos, revertidos em sua maioria apenas para a reconstrução de uma infra-estrutura, necessária até mesmo para acomodação do destacamento. Com o término da Guerra, a ilha perde sua principal importância.

Vão ser constantes, neste período, os problemas de deficiência de verbas no arquipélago, sempre ligados ao desinteresse por parte dos governos do continente – de onde era proveniente a maior parte dos recursos financeiros do arquipélago – que persistiam em enxergar Fernando de Noronha como um lugar de isolamento e decesso. Não havia, portanto, uma visão de incorporação nacional do arquipélago, como existiu parcialmente no tempo da guerra.

Os comandantes, portanto, terão que afirmar a ilha como uma região importante para a nação, constantemente, em suas inúmeras solicitações de verbas aos mais diversos setores do governo federal. Nestes requerimentos e ofícios, logo, gastam-se laudas e mais laudas tentando-se justificar os pedidos de verbas e apresentando o arquipélago, para o continente, como uma localidade importante para a segurança e guarda nacional.

Aos poucos, o “arquipélago do diabo”, o “inferno verde”, a “ilha maldita”, vai se ‘metamorfoseando’ em um paraíso. Essa transformação, no entanto foi muito lenta e bastante gradual. Do isolamento à integração nacional demandou-se tempo.

A modernização do arquipélago foi fundamental neste processo de ‘resignificação’ do olhar continental. Igualmente, a modernização foi também, ambigualmente, por ele possibilitada e fomentada.

Três grandes eventos agiram como promotores deste desenvolvimento insular. Primeiro, a presença americana entre os anos de 1957 e 1962, na medida em que o

acordo para o estabelecimento na ilha de um posto para acompanhamento de projéteis tinha como requisito, que as construções e benfeitorias feitas na ilha deveriam ser incorporadas ao patrimônio brasileiro, sem indenizações. E assim, em parte, aconteceu, especialmente com as acomodações físicas construídas na ilha pelos americanos. Segundo, o estabelecimento do convênio entre o Território Federal de Fernando de Noronha e a SUDENE, ou seja, o arquipélago passou a fazer parte da área de ação do órgão dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, o que possibilitou a transferências e ampliação de verbas a serem aplicadas em melhorias das condições na ilha. E, por fim, a institucionalização do regime militar no Brasil, entre 1964 e 1968, possibilitou um alargamento da margem de influência política dos governadores da ilha – em particular, do coronel Jayme Augusto, administrador do território no período – frente ao governo federal, na medida em que os ideais militaristas e ‘revolucionários’ eram comungados por ambas as partes. Tal fato é evidenciado na medida em que o coronel Jayme Augusto permanece no comando da Guarnição Militar de Fernando de Noronha mesmo durante episódios chave da História do Brasil: o golpe de 64 e a publicação do AI-5. Portanto, durante o governo de três presidentes militares diferentes, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, não há abalos na estrutura governamental do arquipélago, e desta maneira, durante seus 10 anos de governo conciliou e acordou com a ‘revolução’ para o restabelecimento da democracia no país.

Tais constantes modificações vão ter um reflexo imediato no discurso da imprensa escrita, nas décadas de 50 e 60, que começa a criar a imagem da ilha como um ambiente onde começava a “*reinar o progresso, a harmonia, e a liberdade*”, conforme uma manchete do jornal Diário da Noite, ou como lugar onde “*a soberania brasileira reina*” e onde “*existe pobreza, mas não miséria*”, segundo reportagem do Diário de Pernambuco. O turismo começa então, a ser fortemente difundido como uma das possibilidades da ilha de garantir sua autonomia econômica tão desejada pelos seus dirigentes. É somente na década de 1970 que a EMBRATUR desenvolve um longo estudo, extremamente minucioso, sobre as possibilidades do desenvolvimento e estabelecimento de um pólo turístico na ilha, haja vista que é apenas em tal período que a região encontra-se com uma infra-estrutura capaz de suportar tal atividade.

No entanto, mesmo que tenha ocorrido este desenvolvimento ilhéu, tal evento não se desdobrou em uma melhoria econômica para a população civil. Pelo contrário, a

modernização surgiu como uma idéia justificativa de um exacerbado controle social, e inclusive trabalhista, desta população.

As mudanças na economia da ilha não se desdobraram em melhoras substanciais para a população civil. Se a ilha melhorou em termos absolutos, continuou altamente desigual na composição sócio-econômica, logo se percebendo uma acentuada hierarquização social e das riquezas, sejam estas próprias do arquipélago ou provenientes do continente, dos acordos firmados com órgãos federais.

“Éramos obrigados a ficar de pé, quando o comandante [Cel. Jaime] passava, se não, podíamos ser prejudicados”, relata um entrevistado. Tal afirmação expõe e maneira clara a situação de sujeição da população civil do arquipélago. Provenientes, em sua maioria, da zona rural, do sertão nordestino, atraídos por propagandas que prometiam trabalho e dinheiro, depararam-se com uma realidade um pouco diferente, sendo preponderante, quase que exclusivamente, a primeira promessa. As mais profundas minúcias da vida cotidiana da população civil são alvo da vigilância e do ordenamento disciplinador dos militares, que por sua vez controlavam detalhadamente esta ‘micro-sociedade’.

Percebe-se, deste modo, que os anos 64 e 68 não foram sentidos na mesma maneira em Noronha do que no continente, haja vista que a ilha já vivenciava profundamente um regime de ‘aquarletamento’ desde 1942. O que aconteceu durante a década de 60 em Fernando de Noronha foi uma energização e intensificação do controle e rigidez social já existente. Portanto, seja na escola, nas vilas, no trabalho, ou no armazém de distribuição alimentar, no período de administração do coronel Jaime, ou no “*tempo do coronel Jaime*” – como se referem os moradores que habitavam a ilha naquela ocasião – aconteceu uma exacerbção da vigilância, e, sobretudo, da hierarquização social.

A modernização surgiu assim, carregada de um discurso paternalista. O *coronel*, ‘responsável’ pela comunidade noronhense, aparece então como aquele que dá de presente as coisas à população, sua filha. Sendo assim, o castigo aparece como algo necessário, com o objetivo de educar e orientar, ou seja, para o seu próprio benefício da população. Atitude esta respaldada, ou legitimada, pelo processo de modernização da ilha realizado pelos militares.

A população civil, de uma matriz campestre, por um lado poderia parecer passiva frente a esta dominação, devido às suas próprias origens. O Sertão nordestino,

exemplo maior de mandonismo e rendição, se refletiria perfeitamente no arquipélago noronhense.

É óbvio, entretanto, que a resistência existia nas mínimas ações do cotidiano dos camponeses civis. Tais indivíduos, sobre os quais os militares tentavam desempenhar um domínio completo, aparecem também como personagens da história, ativos nas suas resistências cotidianas.

Ocorreram, portanto, questionamentos da ordem vigente, obviamente dentro das possibilidades reais de uma ilha, e a situação sobre a qual se achava forçadamente reprimida a população será alvo de obstinações.

Percebem-se como constantes transgressões disciplinares, por exemplo, o constante ingerir de bebidas alcoólicas. O álcool, elemento marcante em toda história noronhense – notadamente durante o tempo do presídio no século XIX – apareceu então como uma válvula de escape para uma população ‘insularizada’, esquecida e isolada, além de reprimida em suas ações. O comércio clandestino de aguardente era outro ponto, dentro desta rede ações extra-institucionais desempenhadas por parte destes atores esquecidos.

O alcoolismo, não raramente se desdobrava em conflitos, discussões e inexoravelmente em brigas e agressões físicas a militares subalternos e mesmo a outros civis, que abalavam constantemente a ordem insular.

Desta maneira, a desobediência em relação a horários, de trabalho ou de recolhimento (22h00min) e às prestações de serviços, ou mesmo as respostas ultrajantes e contrariações às ordens dos oficiais, os superiores socialmente, aparecem nas ocorrências policiais e intimações do período como visões límpidas de uma sociedade mantida imutavelmente sobre a constante pressão social. Expulsões, não só dos “agitadores”, mas de suas respectivas famílias, inteiras, não eram exceções no cotidiano insular.

No arquipélago, apesar do regime forte e coercitivo, não necessariamente de maneira física, do exército, órgão administrador da ilha de então, aparecia micro-resistências dentro desta mesma sociedade densamente controlada. E surgiam, senão as micro-resistências, as “não-adaptações”, mesmo que psicológicas, continente-ilha, algo dificultoso desde o tempo do império ou da colônia portuguesa.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO, Pernambuco. FN / Ministério do Exército.

EPV – Entrevistas do Projeto Vozes / Acervo: Centro de Pesquisa Histórica e Cultura de Fernando de Noronha (CEPEHC-FN).